

Na terça, começam as negociações com o Clube de Paris.

O Brasil inicia oficialmente, na próxima terça-feira, as negociações de sua dívida de governo a governo no Clube de Paris. O diretor de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que viajou na quarta-feira a Nova York para participar, ontem, de um jantar com banqueiros, em companhia do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e do presidente do BC, Fernão Bracher, estará na capital francesa na terça-feira para um encontro com o secretário do Tesouro daquele País, Jean-Claude Trichet, também presidente do Clube de Paris.

Seixas explicará às autoridades francesas o sentido do plano de estabilização da economia, em vigor desde 28 de fevereiro, e colocará na mesa o interesse do Brasil em assinar um acordo de reescalonamento da dívida de US\$ 1,9 bilhão (montante que varia de acordo com a oscilação do câmbio das várias moedas européias em relação ao dólar), em condições de prazo e juros idênticas

ao recente contrato firmado com os bancos privados internacionais. Desde 1985, o País não paga um só centavo nem do principal nem dos juros aos bancos oficiais e agências de governos das nações ricas.

11 ABR 1986

Em novembro do ano passado, o ministro Funaro notificou as embaixadas dos governos credores em Brasília de que o País não admite nenhuma cláusula ou acordo que exija o cumprimento do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Fase de arrumação

— É hora — com a casa em fase de arrumação, o presidente com credibilidade, o povo com esperanças — de o governo jogar duro com os credores internacionais. Os bons resultados obtidos pelas exportações brasileiras ainda estão sendo canalizados para pagamento do serviço da dívida. Mantida a situação atual, não se poderá enfrentar

decididamente e com sucesso a questão central para o País: a miséria a que está submetida a maioria da população brasileira.

Essas afirmações foram feitas ontem pelo deputado Alberto Goldmann, líder do PCB na Câmara Federal. Ele sustentou que "são duas as linhas básicas de ação que devem ser acionadas: na frente interna, o plano de inflação zero já é um início, promovendo uma redistribuição de rendas entre os setores do capital, do especulativo para o produtivo. As lutas sociais dos trabalhadores deverão realizar a desejável redistribuição entre capital e trabalho, daquele para este".

Na frente externa, disse o deputado, é fundamental estancar a sangria da riqueza produzida, possibilitando o crescimento econômico que vise, internamente, a enfrentar com sucesso as grandes carências das maiores.